

# Sem anistia, votação dispara

Em menos de uma hora, plenário avançou sete artigos

O plenário da Constituinte conseguiu apreciar ontem, em menos de uma hora, sete artigos, com seus incisos e parágrafos, estabelecendo garantias e benefícios aos ex-combatentes da FEB e aos seringueiros recrutados no final da década de 40. Ficou também normas da adequação a vários dispositivos previstos no corpo permanente do projeto de Constituição e definiu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Congresso Nacional, para apuração dos atos e fatos geradores da dívida externa brasileira.

A agilização dos trabalhos só foi possível porque o plenário adiou a votação do artigo 14 e suas respectivas emendas, em que está incluída a proposta de isenção da correção monetária das dívidas do micro e pequenos empresários. Várias fusões de emendas já haviam sido acertadas pelas lideranças partidárias e não foi necessário qualquer

encaminhamento às matérias. Os líderes se limitaram a garantir a votação favorável de suas respectivas bancadas, "para respeitar os acordos". O processo de votação só começou às 16h.

A fusão de emendas que incluiu a formação da CPI da dívida externa foi aprovada por 433 votos contra cinco e igual número de abstenções. Ficou decidido que, até um ano da data da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional, através de comissão mista, promoverá exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. A Comissão terá a força de uma CPI para os fins de aquisição e convocação e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Se for aprovada irregularidade, o Congresso deve propor ao Executivo a nulidade do ato e encaminhar o processo ao Ministério Público Federal, a quem caberá formalizar,

em 60 dias, a ação adequada.

Outra fusão aprovada pelo plenário, por 432 votos contra cinco e oito abstenções, garantiu ao ex-combatente que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, até o direito de aproveitamento no serviço público, sem exigência de concurso e com estabilidade. Pensão especial, pensão à viúva, assistência médica, aposentadoria com proventos e prioridade na aquisição de casa própria são os demais benefícios garantidos aos ex-militares. A mesma sorte não terão os pracinhas que foram ao Suez, no final da década de 50, integrando a Força de Emergências das Nações Unidas. A emenda do deputado Alexandre Puzyna (PMDB-PR), pedindo iguais vantagens e direitos a estes voluntários, foi rejeitada por 243 votos contra 143 e 30 abstenções.



Alexandre Puzyna ganhou nota 10 de Ulysses

## ESTRELA DO DIA

### Puzyna defende ex-combatentes cantando hino

Em uma sessão como a de ontem, em que era esperada a votação das emendas que concedem isenção da correção monetária aos débitos das micro e pequenas empresas urbanas e rurais, chegou a causar surpresa o sucesso alcançado pelo deputado Alexandre Puzyna (PMDB/SC), que desceu da tribuna sob os aplausos das galerias e recebeu nota 10 do presidente Ulysses Guimarães. Ele não defendeu a anistia fiscal, mas os pracinhas que integraram a Força de Emergência das Nações Unidas, no Suez, no final da década de 50. Também não foi o seu pronunciamento que provocou a reação da "plateia", mas a forma como encerrou o discurso, cantando o hino dos expedicionários.

Puzyna já havia sido advertido por Ulysses que seu tempo na tribuna estava esgotado, mas continuou falando mais um pouco. Sem outro argumento mais contundente para aproveitar o intervalo entre uma e outra advertência da Mesa, ele não teve dúvidas. Como ex-combatente do Suez, mostrou que é bom cantor do hino que embalava as pracinhas da FEB: "Não permita Deus que eu mor-

ra..."

A surpresa foi geral quando ele começou a cantar. Ulysses Guimarães se limitou a rir da atitude do constituinte, antes de novamente avisar sobre o esgotamento do tempo. "Não sei se sua emenda vai ser aprovada, mas o cantor tem nota 10", garantiu o presidente, enquanto as galerias aplaudiam o deputado que conseguiu levar até o fim o hino. A proposta foi rejeitada por 243 votos contra 143 e 30 abstenções, mas antes do resultado Puzyna já era felicitado pela forma como encerrou seu discurso.

Curitiba de 53 anos, o deputado se disse bastante emocionado ao subir à tribuna, pois exatamente no dia 21 de junho de 1958 ele embarcava no navio que o levaria ao Suez, como 3º sargento voluntário. Comparou as escadarias que o levaram à tribuna com as que o colocaram dentro do navio. "O plenário lá era outro, formado pelos familiares que se despediam dos combatentes", lembrou ainda. Explicou também que a emenda que defendia, igualando as vantagens e os direitos dos que foram a Suez com os demais ex-combatentes da FEB, não lhe traria benefícios próprios.

## Greve de fome de cegos não comove Jânio

Tereza Mariano dos Santos e Vitor Davi, os dois vendedores ambulantes e deficientes visuais que fazem greve de fome no Congresso, continuam sua luta pelo "direito de trabalhar", sentados no corredor que dá acesso à Câmara, tomando apenas soro e chá preto. "Muitas pessoas páram, conversam conosco e até choram. Mas o prefeito Jânio Quadros, a quem pretendemos sensibilizar para o problema que vivemos os mais de dois mil deficientes vendedores ambulantes de São Paulo não nos acenou com qualquer sinal de vida", disse Tereza.

Mas não apenas o prefeito Jânio Quadros tem se mostrado insensível à greve de fome dos cegos, que já dura nove dias, no caso da mulher, e seis dias para Vitor. Eles se mostram desapontados com a própria bancada de São Paulo e mesmo com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "que já recebeu um dossiê sobre a nossa situação e até agora sequer quis saber se ainda estamos vivos", conforme Tereza. "É muito triste quando a gente é ignorado pela própria Igreja. Até pela Igreja", falou Vitor.

### AINDA FIRME

Apesar de oito dias sem se alimentar, Tereza, que tem 31 anos e é mãe de três filhos, todos hemofílicos, apresenta-se com completo domínio do raciocínio. Em tom baixo, mas firme, ela é quem responde sempre às perguntas, apoiada pelo companheiro de fome, que não esconde seu respeito e admiração pela outra. "Ela é muito corajosa e lutadora, começou essa greve em nome de todos os outros deficientes que estão em dificuldades lá em São Paulo e eu resolvi então acompanhá-la", disse Vitor Davi, que também é casado com uma deficiente visual.

Os médicos da Câmara, preocupados com o quadro clínico dos dois, visitam os grevistas até duas vezes ao dia e passaram comprimidos anti-dor e analgésicos para Vitor, que está muito tenso. Mas parou com a greve, como muitos os aconselharam, eles dizem que não páram. "Vamos até o fim".

### A SITUAÇÃO

Explicam os dois deficientes que existia uma Lei, de 1957, que dava aos deficientes físicos de São Paulo o direito de trabalhar como vendedores ambulantes, com a condição de que montassem bancas fixas. Porém, quando o prefeito Jânio Quadros assumiu, revogou esse decreto "e começou a briga com a gente", conta Tereza. Os ambulantes deficientes recorreram à Justiça.

### GUETOS

Mesmo assim, o Juiz não pode fazer grande coisa, porque novo decreto foi assinado pela Prefeitura de São Paulo, reconsiderando a situação, mas tirando as barracas dos ambulantes de locais centrais, privilegiados, para as áreas periféricas da cidade.

"Escolheram locais que não têm condições de venda, como a Baixada do Glicério, onde só tem atacadistas e prostíbulos. E como se vivêssemos em Varsovia, nas épocas dos guetos de judeus", reclama a grevista. Ela lembra que a primeira profissão surgida no mundo foi a de camelo e que em Tóquio, na China, um país superdesenvolvido, os camelos vendem até peças de computador. "Mas no Brasil, camelo é considerado sujeira e tem que ser jogado para a periferia, porque não serve de cartão postal", disse Tereza.

## Dispositivos passam de vez em superfusão

Uma superfusão de emendas, assinada por 23 parlamentares, permitiu que a Constituinte aprovasse ontem, em menos de uma hora, dispositivos como os que garantem a demarcação das terras indígenas em um prazo de cinco anos a partir da data da promulgação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Ficou também definido que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias e que ficarão excluídas do monopólio estatal as refinarias em funcionamento no País e os contratos de risco com a Petrobrás que estejam em vigor na data da promulgação da Constituição.

O texto, aprovado com apoio de 355 constituintes, acatou ainda a emenda que limitou a um prazo de 15 anos a prioridade de aproveitamentos que a União fará dos rios perenes e das massas de água represadas nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas. Também garantiu-se que, em 20 anos, contados a partir da data da promulgação, a União aplicará pelo menos 20 e até 50% de seus recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. Pela fusão ficaram garantidas a estabilidade à gestante e ao empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, enquanto não for

aprovada a lei a que se refere o inciso I do artigo 7º do corpo permanente, que trata da estabilidade no emprego.

Uma outra fusão de emenda, aprovada pelo plenário da constituinte, elimina dos quadros do funcionalismo público os conhecidos marajás. Uma unanimidade de 402 parlamentares votou SIM ao texto da fusão, que diz: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria, que estejam sendo percebidos em desacordo com as disposições permanentes desta Constituição, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título". A fusão foi colocada em votação pelos constituintes Antônio Perosa (sem partido), Eduardo Bonfim (PC do B), Carlos Cardinal (PDT) e Lélcio Souza (PMDB).

Em uma das últimas votações realizadas pelo plenário da Constituinte, 290 parlamentares acataram destaque do deputado Rodrigues Palma (PMDB-MT) aprovando a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A instituição financeira, segundo o próprio autor da emenda, terá como objetivo principal a gestão dos recursos que a União aplicará na região.

## O QUE SE APROVOU

**HISTÓRIA:** O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

**INDÍOS:** A União demarcará, no prazo de cinco anos, a partir da promulgação, as terras indígenas ainda não demarcadas.

**QUILOMBOS:** Ficam reconhecidas a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, ficando tombados os sítios detentores de suas reminiscências.

**MONOPÓLIO:** Ficam excluídas do monopólio da União, com relação ao petróleo, as refinarias em funcionamento no País e os contratos de risco feitos com a Petrobrás que estejam em vigor na data da promulgação desta Constituição.

**IRRIGAÇÃO:** Durante vinte anos a União aplicará 20% de seus recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste e 50% no Nordeste.

**ESTABILIDADE:** Garantida a estabilidade às gestantes e aos empregados eleitos para cargos na CIPA, enquanto não for aprovada a lei a que se refere o inciso I do artigo 7º, que trata da demissão imotivada.

**MARAJÁS:** Redução dos vencimentos, adicionais, remuneração, proventos e aposentadorias que estejam sendo percebidos em desacordo com as disposições permanentes. Vedada a invocação do direito adquirido.

**BANCO:** Aprovada a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

## Planalto já estuda o que fazer da EBN

O destino da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) deve ser traçado até a próxima sexta-feira, segundo informaram fontes do Palácio do Planalto. O Gabinete Civil da Presidência vem fazendo uma radiografia da empresa, que pode ser extinta ou ter a sua atuação reduzida. O presidente interino, portavoza Carlos Henrique Almeida Santos, não quer falar sobre o futuro da empresa, porque ainda está conhecendo os problemas, que são muitos. A EBN tem 920 funcionários, sendo 200 jornalistas e um orçamento deficitário.

A empresa faz parte da lista das dispensáveis. Por ser altamente deficitária pode ser extinta pelo governo. A fusão com outras empresas de comunicação está praticamente descartada.

da. A nova estrutura e a reformulação da EBN estão sendo estudadas pelos assessores do Gabinete Civil da Presidência da República.

Assessores do Palácio do Planalto acham que a EBN é praticamente dispensável porque no País existem várias agências de grande porte, que podem perfeitamente suprir o papel da empresa, que tem como finalidade distribuir matérias para pequenos jornais do interior e emissoras de rádios, principalmente. A sinopse que é elaborada a partir de recortes de jornais também é desnecessária, porque pode ser feita através da Secretaria de Imprensa da Presidência da República, que tem uma estrutura montada no segundo andar.

## Ex-seringueiros ganham pensão

Os seringueiros recrutados no final da década de 40 para trabalhar na Amazônia receberam uma pensão mensal vitalícia de dois salários mínimos, transferíveis para dependentes comprovadamente carentes. Este dispositivo foi aprovado ontem pelo plenário da Constituinte, por 351 votos contra 22 e 28 abstenções, sem que tenha havido qualquer discussão sobre a matéria. A fusão de emendas, assinada pelos constituintes Assis Canuto, Aluizio Bezerra, Geraldo Fleming e Nabor Júnior, teve sua aprovação acertada em reuniões de lideranças e dispensou encaminhamentos contrários ou favoráveis. A concessão dos benefícios será regulamentada em lei ordinária a ser proposta pelo Poder Executivo 150 dias após a promulgação da Constituição.

### JUSTIÇA

"Uma questão de ordem puramente emocional". Assim a amazonense Beth Azize (PSB) considerou a aprovação de uma fusão de emendas concedendo pensão vitalícia aos chamados "soldados da borracha". O que não deixa de ser, na sua opinião, uma medida de justiça que vem suprir a deficiência e omissão constantes do Governo em zelar pelo cidadão depois de usá-lo.

Segundo Beth Azize, os constituintes recorreram a um momento histórico para beneficiar um setor que há quatro décadas prestou serviços ao Governo brasileiro, nos seringaais da Mata Amazônica. E a história começa com a Segunda

Guerra Mundial, quando a indústria bélica norte-americana precisava da borracha como matéria-prima. Os seringaais brasileiros, à época, encontravam-se em total abandono, especialmente pela queda do preço do produto no mercado internacional, já que a borracha da Malásia custava menos.

Necessitando do produto, os norte-americanos fecharam um acordo com o Governo brasileiro. Os americanos comprariam o produto e, em contrapartida, o Brasil, a título de colaborar com os países aliados, recrutaria para a região amazônica um contingente de trabalhadores para ocupar os seringaais. O objetivo era forçar um superávit na produção de borracha, que os Estados Unidos comprariam, destinando-a às suas fábricas.

Fram os chamados soldados da borracha. Por conta do Governo brasileiro, milhares de trabalhadores, sem renda própria, sem emprego formal (não tinham vínculo empregatício), percebendo uma espécie de abono, começaram a desenvolver a atividade. Beth Azize afirma que, somente no Amazonas, chegaram mais de 20 mil famílias, um número elevadíssimo, tomando-se por base, a população da cidade de Manaus, na época contando com 50 mil habitantes. E, nessa proporção, também ocuparam o Acre e Rondônia.

Com o término da Segunda Guerra, a borracha brasileira voltou à situação anterior, ou seja, caiu em desgraça. Porque, no mercado internacional, o preço não era competitivo — mais

uma vez, pelos preços baixos oferecidos pela Malásia — e, além disso, os Estados Unidos já dominavam a técnica da borracha sintética. Internamente, o mercado jamais conseguiria consumir o produto. Dessa forma, os soldados da borracha começaram a abandonar o local, procurando as cidades.

Foi aí que o drama começou para esses milhares de trabalhadores. Por ser um trabalho cansativo — realizado à noite —, os seringueiros já estavam velhos e, pior, não representavam mão-de-obra qualificada. Se não bastasse, ficaram sem nenhum amparo do Governo.

Pela fusão aprovada ontem na Constituinte, esse contingente terá direito a uma pensão vitalícia, referente a dois salários mínimos, desde que provem que foram recrutados na época e que hoje encontram-se em estado de carência. Beth Azize lembra que a medida irá beneficiar um número muito reduzido — afinal, já se passaram 40 anos. Mas, para amparar a família dos ex-seringueiros, os dependentes também terão direito à pensão, desde que reconhecidamente carentes.

Beth Azize admite que não se trata de matéria constitucional e o problema poderia ter sido resolvido em lei ordinária. De qualquer forma, "n-a se pode jogar fora todo esse tempo de trabalho no centro da mata, pois essa gente passou toda sua vida lá, e muitos morreram lá", afirmou. Para ela, essa será uma medida de caráter de justiça social.

## Mailson vira o alvo principal

Depois de seu discurso em cadeia de rádio e televisão, o ministro Mailson da Nóbrega tornou-se o inimigo número um da anistia e dos pequenos e médios empresários urbanos e rurais. "Péssimo e infeliz", foram os adjetivos usados por Haroldo Rastoldo, presidente da Federação das Associações Empresariais de Goiás, ao comentar a fala do ministro. Antonio Gomes de Oliveira, que veio de Queimada, na Paraíba, para ajudar no lobby da anistia, entende que

Mailson "quis jogar a população contra os microempresários".

Presidente da Associação dos Microempresários de sua cidade, Antonio Gomes disse que o adiamento da votação da emenda anistando-os do pagamento da correção monetária, pode demorar até dez anos "que não iremos embora". Segundo ele ainda existe "uma percentagem mínima de constituintes contrários à matéria. Para facilitá-los no trabalho de convencimento, os lobbi-

tas dividiram-se por bancadas estaduais.

No final de suas contas descobriram que cerca de 50 parlamentares viajaram para o exterior "fazendo turismo às custas dos banqueiros", disse Antônio. Não podendo votar contra a anistia, por terem compromissos eleitorais com a categoria, esses deputados e senadores teriam preferido viajar. Seus nomes, segundo Antonio, serão posteriormente divulgados à imprensa e em suas bases.